

Terra e trabalho como componentes das lutas cabanas no Acará-PA (Século XIX)

Ana Renata do Rosário de Lima*

Resumo

Estudos sobre níveis de revoltas e lutas camponesas no Acará do século XIX, revelam que ações do tipo ocupações de terras, saques, roubos de fazendas e sítios e comércio clandestino, foram ligadas (por anti-cabanos), à criminalidade e banditismo. Não podemos esquecer que "rebeldes" e autoridades, com suas diferentes formas de sentir e estar no mundo, são componentes típicos e específicos, de um cenário agrário. Nesse, camponeses livres e escravos, sujeitos, por exemplo, ao arrendamento e/ou trabalho compulsório, empreenderam diferentes tipos de enfrentamento à pessoas, ao poder estabelecido e até ao latifúndio e ao comércio de exportação. Mesmo num total de 71,9% das terras ocupadas pela cana-de-açúcar, é possível encontrar pistas de uma pequena economia camponesa familiar. Em tempo de revolta, o trabalho de homens e mulheres nas roças de mandioca, fosse em terrenos próprios ou não, recebe outras significações, que talvez em nada se assemelhassem à idéia de crime.

Palavras-chave: Terra, camponeses e revolta.

Abstract

In studies on levels of peasant revolts and struggles in Acará of the nineteenth century, I see that actions of the type of land occupation, looting, theft of farms and sites, in addition to illegal trade, they have been linked, to crime and banditry. We can not forget that "rebels" and authorities, with their different ways of feeling and being in the world, are typical and specific components of an agricultural landscape, in which free peasants and slaves, submitted for example, leasing and/or work compulsory, undertook different types of confrontation to people, to established power and also to large property and the export trade. In a territory like Acará village, a total of 71.9% of their land by the planting of sugar cane, we can also find tracks of a small peasant family economy, which in time of revolt, the work of men and women especially in the gardens of cassava, in the own land and busy land, they receiving other meanings, which may in no way resemble the idea of crime.

Keywords: Land, countrymen and rebellion

A vila de São José do Acará, próxima à Belém¹, fazia parte da região agrícola mais importante do Estado do Grão-Pará que se formara em torno dos rios Guamá, Mojú, Capim e o próprio Acará. Tanto a vila, como vários sítios são freqüentemente mencionados na documentação oficial², como teatro de revoltas, de insatisfações, de formação de quilombos, de emergência de lideranças como Felipe Patroni, irmãos Angelim, Félix Clemente Malcher, Agostinho Moreira, e, também, como refúgios de ativistas políticos. Algumas lideranças

* Professora Assistente do Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFPA), com ênfase em Antropologia.

¹ No século XVIII chegava-se a Vila de São José do Acará em embarcações que demoravam dias de viagem, tempo bem menor que para as vilas de Mojú e Guamá.

² A documentação trabalhada (correspondências de diversos com o governo) está organizada em Códices e disponível no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

populares do movimento são lentamente “tiradas” do esquecimento. O preto Félix Gonçalves, por exemplo, escravo temido no Acará, teria conduzido em 1836, no mínimo 400 outros escravos nas invasões de terra e destroços nesta vila e arredores, durante o período áureo da Cabanagem³.

O historiador com sua experiência em seguir a trilha dos acontecimentos nessas fontes procede a formular questões: que motivos tiveram esses homens e mulheres para se posicionar contra a ordem econômica e política? Como agiram e em que circunstâncias se revoltaram? Quem eram e o que faziam esses insurretos do Acará?

Sabe-se que suas ações têm um elemento diferenciador pela distância do rio Acará de Belém. A vila, uma das mais antigas do Estado do Grão-Pará era uma freguesia rural – a da Campina – uma das mais povoadas por lavradores. A noção de lavrador foi bastante usual nos recenseamentos para destacar o ofício de um grupo de homens que trabalhava a terra, alguns podiam ter escravos e ter uma situação de médio ou pequeno sesmeiro. Esta designação é dada a um cabeça de família com mais posses e também ao menos favorecido no sistema de distribuição de riqueza. Muitas vezes, os lavradores pobres tornaram-se dependentes dos senhores de engenho e trabalhavam na terra plantando mandioca, arroz, cacau, café e algodão. Alguns foram diferenciados como “lavradores de massa” (VELOSO, 1998)

Essa noção demográfica genérica apagou, da História Regional, a discussão sobre a existência de um *campesinato*. Camponeses pobres e ricos proprietários têm diferenças de comportamento e perspectiva, e igual observa-se entre arrendatários e agregados. A terra como meio de produção é o elemento fundamental das diferenciações.

Na região do Acará foi concedida a primeira sesmaria (1707) do Estado do Grão-Pará. O processo de ocupação que se desenvolveu a partir daquele ano, foi de apropriação progressiva de terrenos com facilidade de comunicação, riqueza em madeiras e qualidade dos solos para o plantio de cana e de outras culturas.

Segundo Acevedo Marin, das 2178 sesmarias concedidas no Estado do Grão-Pará, no intervalo de 1707-1824, 245 foram destinadas ao vale do Tocantins. O equivalente à quase 12% do total de sesmarias. Este dado ajudou-nos a levantar questões específicas sobre esta área tão próxima da capital.

A documentação organizada em códices aponta diversas situações de conflito político na Província e no Acará, desde os anos vinte do século XIX, estendendo-se por toda a

³ Para maiores informações conferir: LIMA, Ana Renata do Rosário de. “O ‘campo negro’ dos cabanos no Acará” IN: Flávio dos Santos & COELHO, Mauro Cezar (Orgs.). **Meandros da História**. Belém: UNAMAZ, 2005. pp.

década de trinta. Numa fase de tensão política (lutas independentistas, por exemplo), alguns problemas revestem-se de maior intensidade. As notícias de animosidade e assassinatos contra portugueses, de invasão e de ocupação de terras são freqüentes. Dessa forma, manter uma grande posse, era uma estratégia para garantir o *status quo* por parte daquelas elites provincianas. Mesmo com a suspensão das concessões de datas pelo Imperador, em 1822, as que haviam sido solicitadas antes do decreto foram garantidas. Em suma, o processo de distribuição das datas não se deu de forma homogênea. Aí se encontra um elemento histórico para problematização.

A análise de 61 sesmarias, tanto as concedidas quanto às confirmadas, revela certas particularidades da área estudada. Geograficamente, a região do Acará é constituída por uma malha de rios, de furos, de igarapés, de áreas alagadiças e terras firmes. Esses rios e igarapés funcionaram como limites naturais ou fronteiras físicas de sesmarias. As áreas de terras firmes e as alagadas, temporariamente, proporcionaram a experiência de sistemas agroextrativos, com o cultivo de produtos como cana-de-açúcar (71,9%), gado e algodão (20,6), cacau (2,9) e roça de milho, mandioca e feijão (4,6).ses usos.

A prática da agricultura comercial foi a mais destacada com as plantações de cana, e de algodão e muito pouca área para o a mandioca e o milho, além do cultivo diminuto de arroz, de feijão e de cacau. As roças ocupavam uma área incipiente de 4,356 hectares.

Tratava-se da composição de um mundo agrário, marcado pela concentração fundiária. Com base nas Cartas, observamos que lavradores de posse média ou alta tinham seus terrenos legalizados. Alguns realizavam pedidos por mais terras. No final do século XVIII e nas duas primeiras décadas do XIX, o governo provincial tinha necessidade de legalizar áreas através da concessão de sesmarias, a lavradores que já se haviam “apossado” das mesmas, estabelecido moradias e lidando com a agricultura, ou seja, construído seus sítios. Foi o caso de Antônia da Costa do Vale, em 1796, que já havia ocupado “uma légua de terras de frente e meia de fundos no Rio Acará, entrando pelo igarapé Catianduba pela parte direita (...) e essas terras não eram suas, porém, ela tinha possibilidade para cultivar”⁴.

Chegamos aqui, a um ponto importante de nossa discussão: aprofundar uma dimensão histórica dos processos de ocupação de territórios relacionada com categorias sociais específicas. Em suma, de um modo de vida camponês que vai além da concessão e confirmação de terras pelo Estado. Primeiramente, a documentação só nos dá acesso àqueles

⁴ Conferir transcrições das Cartas de Sesmarias realizadas por ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Carta de Datas de Sesmarias. Uma leitura dos componentes de mão-de-obra e sistema agroextrativista do vale do Tocantins Colonial. NAEA, Paper nº 151. Junho/2000.

personagens que foram beneficiados com terras, sempre dentro do critério de posse ou de seu usufruto.

No entanto, o predomínio de proprietários, em número maior de “brancos”, pouco ou nada consegue explicar a composição étnica e social do Acará e do Grão-Pará. Os indígenas, mestiços e brancos pobres também sujeitos desse mundo agrário, mantiveram vínculos diversificados com a terra. Estes sujeitos compuseram unidades camponesas familiares, que dialogaram ora harmonicamente com os grupos dominantes, ora numa situação de conflito.

A região estudada deve ser pensada em sua singularidade. Há um ‘pequeno mundo camponês’ em questão e deve ser analisado para além dos grandes sesmeiros e do sistema de plantation.

Renato Marcondes (1998), em estudos sobre a economia áurea do café no Vale do Paraíba, relativiza os clássicos estudos econômicos, pautados na lógica monocultora e do latifúndio, que dicotomizou única e exclusivamente dois sujeitos sociais: senhores e escravos. Utilizando o registro de matrículas de escravos de Taubaté, ele ressalta que procuremos atentar para as variações locais das estruturas econômicas, pois no caso de São Paulo, pelo número de escravos, confere-se que coexistiam com os grandes proprietários escravistas, pequenos e médios, além de sitiantes e meeiros, que contribuíram de uma forma ou de outra, com a economia cafeeira.

Grande parte dos trabalhos sobre Amazônia, sempre procurou inseri-la no modelo de análise economicista. João Pacheco de Oliveira (1979), também lança uma crítica à tradicional teoria dos “Ciclos Econômicos” como sendo o único elemento motivador da História. Segundo ele, esse modelo subordina quaisquer outras atividades produtivas agro-extrativas e minimiza qualquer análise de história política e cultural, pois se limitava na perspectiva de entender como um produto constrói sua dinâmica para o mercado externo.

Segundo o autor, a noção de ciclo impôs-se como modelo de organização dos fatos históricos ligados à produção da borracha na Amazônia. Discutindo diferentemente o modelo típico do apogeu e o seringal do início da extração, João Pacheco levanta questões importantes para se pensar atividades agrícolas e extrativas na Amazônia que vão além da exportação. È a pequena economia camponesa e familiar, inserida na lógica de um mundo escravista. Segundo ele, houve uma

“coexistência, nesse último (do início da extração, por volta de 1822), de atividades econômicas diversas, indo de uma agricultura de subsistência à criação, passando por formas variadas de extração vegetal, como a borracha, a salsa, o cacau, o óleo de copaíba, a castanha; e animal, como a manteiga de tartaruga, o pescado etc” (OLIVEIRA FILHO, 1979: 124).

João Pacheco de Oliveira cita o Acará como um dos locais de preferência na extração do seringal, acompanhado da região das ilhas, incluindo o Marajó, o Xingu, o Jary, Capim, Guamá e no Mojú. Isso nos orienta a reforçar uma forte tradição agrícola e extrativista na área estudada. Ainda nas suas pesquisas, aponta que no período entre 1830-1843, a exportação da borracha sofreu uma forte instabilidade, ficando inclusive interrompida, em função do movimento da Cabanagem. Portanto, a possibilidade de reforço das atividades complementares, principalmente agrícolas, praticadas por homens e mulheres envolvidos ou não nas lutas cabanas, reelaborando seu cotidiano.

João Luís Fragoso (1996) também rediscute a postura historiográfica a respeito da produção escravista, voltada para o mercado externo. Para o autor, a empresa escravista-mercantil, caracterizada pelo trabalho escravo, não era auto-suficiente, e abastecia-se dos mantimentos e animais fornecidos por um mercado interno, que poderia se traduzir em certa autonomia frente o mercado internacional. Assim, estamos diante de *unidades camponesas* produzindo para o mercado, com uma lógica diferente da escravista-mercantil, numa agricultura de terras próprias ou na de outros fazendeiros.

Ao estudar o caso amazônico, o autor conclui que sua economia é uma combinação de uma “empresa da agricultura de subsistência com o extrativismo. Tais atividades teriam por base diversas formas de produção, que variavam desde a economia camponesa até o uso compulsório do trabalho indígena” (FRAGOSO, 1996: 182). Nesse sentido, podemos pensar a existência de processos históricos mais complexos ligados ao uso da terra na Amazônia, que no início do século XIX era uma sociedade escravista sacudida com o movimento da Cabanagem.

No amanhecer de 25 de julho de 1835, João Taylor, comandante de expedição para a Vila do Acará, tinha outras notícias, (das várias já recebidas), para o presidente Manoel Jorge Rodrigues, pedindo apoio do mesmo. Dizia ser impossível “acudir todos estes (pontos), pois os navios que disponho, não possui mantimentos”. Já no lado dos rebeldes, quanto mais as autoridades reforçavam suas diligências para os baterem, mais demonstravam força e estratégias. Era de certa forma preocupante para as autoridades, encontrar entre os revoltosos, gêneros e produtos de grande valor para a sobrevivência no *front*. Para nós, acaba compondo pistas das relações de trabalho, ocupações e vínculos com a terra entre os anônimos cabanos.

Poderíamos sugerir, que tais gêneros não só serviam para sustento, como até para uma discreta comercialização em contrabando. O comandante José Joaquim Cordeiro, anunciou ao comandante de Gurupá, (havia forte vigilância por parte da Fortaleza deste lugar, sobre o ir e

vim de canoas), que queria recolher as pessoas que circulavam sem licença e dedicavam-se ao “fabrico de farinhas, e fazer apreensão das dittas farinhas, que se achavam fabricadas pelas mesmas (...)”⁵. João Raimundo Carneiro Junqueira, Major, mostrava uma “relação dos gêneros que se achavam a bordo da embarcação do inimigo: 6 bois, 1 rede branca, 1 alqueire de farinha, 1 leitão, 2 marrecos, 1 bahú com várias ropas, 1 molata com cria de Antonio José David, 1 preta de Manoel José de Carvalho”⁶. Suas formas de abastecimento, poderiam não ser das melhores, mas a pequena produção e criação se faziam necessárias. Portanto, era a garantia mínima de seu simples modo de vida.

Domingos Raiol (1970), escreveu que o presidente Manoel Jorge Rodrigues, já estava ciente, que “no engenho Itancuã (...), havia gado arrebanhado sob a guarda dos rebeldes, e que este realmente impediam a passagem por ali de todas as canoas que subiam ou desciam o rio, servindo-se de uma lancha artilhada e de uma peça, tomadas da força legal (...)” (RAIOL, 1970: 886). Além do gado, “há notícias que alguns rebeldes entram a fazer farinhas no [Rio Paru], e eu já estou dando as providências para fazer sair uma força para o mesmo rio sobre os mesmos (...)”, foi o que anunciou Ignácio José Cardoso da Fonseca, Comandante Militar, ao presidente. Várias prisões deste gênero foram feitas. Segundo este comandante, ainda no mês de junho, foi tomado dos cabanos da banda de Almerim, nove alqueires de farinha⁷.

Nos bastidores das lutas ‘cabanas’, os sujeitos sociais envolvidos, entre eles camponeses e escravos e libertos, poderiam ter projetos de uma economia própria, que poderia ir além da simples subsistência. Daí, formas diferentes de resistência àquele momento, dentre elas a formação de “comunidades de quilombos” que podem ter historicamente, forjado-se a partir delas, unidades camponesas e relações de produção com a terra. A pequena produção camponesa e suas relações com a sociedade mais ampla foi reduzida à “quadrilhas de comerciantes”, pois ameaçavam as elites econômicas e escravistas locais. Isso pode ser evidenciado, pela exaustiva documentação arquivística e pela sobrevivência de comunidades camponesas negras rurais hoje no Pará⁸, justamente em áreas onde a interiorização da Cabanagem foi mais expressiva, como o Acará.

Sabemos que a pequena economia camponesa não pode ser descartada no estudo do Grão-Pará e no caso aqui do Acará, apesar de não ser dominante, é só lembrar das “transações

⁵ APEP, Códice 983 (1834-40). Ofício sem data.

⁶ APEP, Códice 985 (1834-40). Corroído.

⁷ APEP, Códice 983 (1834-40). Ofício sem data.

⁸ Melhores dados sobre essas comunidades no Acará, ver: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Itancoã no Baixo-Acará: As terras dos descendentes além da Casa Grande**. Belém-Pará, 1999. Trabalho apresentado como Relatório Final da pesquisa do projeto de Mapeamento de Comunidades Rurais.

clandestinas” que tanto incomodaram. O longo processo de perdas e expropriações sofrido por famílias que possuíam vínculos com a terra, gêneros de plantação, extrativismo, a paisagem de furos e igarapés que configuraram seu mundo camponês, contribuiu para que moradores pobres, pequenos sitiantes, arrendatários e até escravos, construíssem alguma unidade, em especial no momento de instabilidade política, compreendido por Cabanagem.

Acreditamos que o movimento da Cabanagem não foi uniforme nem homogêneo. Contudo, algumas reivindicações políticas e ações dos rebeldes podem ter se tornado comum. Uma expressão presente na vasta documentação, “*o Partido Cabanal*”, pode ser uma pista de unidade, de um “trabalho” de perfil politizado, político caracterizando formas de lutas. Notícias da formação desse ‘Partido’ aparecem há tempos. Ignacio José Cardoso da Fonseca, Comandante militar de Gurupá, numa relação de presos no início de 1834 nos mostra muito bem. Segundo ele, Antonio José Francisco Leitão, natural de Belém, “foi num dos sublevados na Escuna Guajará, onde assassinaram o 2º Tenente Souza Comandante da mesma, a ser o chefe do Cabanismo no Porto de Almerim”. Além dele, Manoel da Motta, da vila de Almerim, “tendo sido cabano, foi apresentado e depois tornou-se a unir-se ao mesmo partido e consta ter sido assassino”. Da vila de Melgaço, Pedro Antonio “foi preso pelas forças legais de Gurupá no rio [Aramú], no Partido Cabano”, assim como Joaquim Antonio da Silva⁹.

O padre de Igarapé-Miri Raymundo José Ayuzier, comunica ao presidente Andréa, que

“he constante que os facinorosos surgidos no rio Meruí acossados pela escolta, expedia sobre eles pelo Comandante militar, deste passaram-se ao distrito de Oeiras, levando ofícios de Eduardo, para ali e para o Amazonas, em que este chefe da Cabilda Malvada, pede aos seus desgraçados agentes, força para virem bater este ou outros pontos legaes (...)”¹⁰.

Expressões como “Partido Cabanal”, “Cabilda Malvada” e ‘Clube de Rebeldes’, evidenciam uma espécie de unidade entre os cabanos. Assim, que a Vila de Cintra em Camará, afirma que cada vez mais vai “aumengtando as escoltas em vista das denúncias prováveis que tem havido dos clubes dos rebeldes, e mesmo para se poder fornecer melhor (...) percizo de um ou does officiaes com trinta ou quarenta praças de primeira linha, para animar a disciplina (...)”¹¹.

Segundo Raiol, o Padre Prudêncio comunicou ao Ministro de Guerra que,

⁹ APEP, Códice 983 (1834-40). Corroído.

¹⁰ APEP, Códice 854 (1827-36). Ofício de 8 de Setembro de 1836.

¹¹ APEP, Códice 1010 (1836). Sem data.

“a horda de tapuios é principalmente da costa do Pinheiro até as Salinas, ainda que o Acará, Itapecuru, Beja e Conde dessem também consideráveis contingentes. Em Marajó, nas vilas de Monsarás, Monforte e outros pontos tem aparecido rebeldes (...). Em todos os distritos vizinhos da cidade aparecem mais ou menos partidários dos rebeldes e de toda parte me pedem providências e barcos armados(...)”(RAIOL, 1970:871)

O autor acrescenta que,

“reunidos em número de dois a três mil homens, os sediciosos aclamaram Antônio Vinagre seu Comandante – em – Chefe, devendo Eduardo Angelim substituí-lo em qualquer falta ou impedimento: e depois de nomeados vários oficiais subalternos, dispuseram-se a marchar contra a capital. Não tinham soldos, nem rações, nem fardamento. Faziam correrias pelos sítios e apossavam-se de tudo quanto lhes podia servir de provisão de boca. Vestiam camisas e calças de diferentes panos, compradas e feitas à sua própria custa. Para regularizar este variado uniforme, tingiram depois umas e outras na casca de muruxi fervida em água, dando a todos a cor avermelhada deste arbusto”.(RAIOL, 1970, 831)

O Tenente Comandante Francisco de Paula Ozório da Freguesia de Santa Anna, do Rio Capim, preveniu suas tropas de um encontro com as do rio Acará, dando as mesmas, “os mesmos distintivos a gente que daqui marchou, iguais aqueles que compõe a força do Acará, que é uma tira encarnada atada no braço, e isto mesmo previne ao Comandante do Brigue Escuna Dois de Março (...)”. Este Brigue fazia no momento, rota de vigília constante no Acará.

Esses relatos representam pequenos sinais que podem nos mostrar a tentativa de unificação e identificação das tropas. Possivelmente, por estratégias para não se cruzarem e não se confundirem com os códigos dos cabanos, que certamente existiam, especificando suas lutas no que foi chamado “Partido Cabanal”. Lembrando Desan (1992), o historiador pode atentar para símbolos e rituais como parte da teatralização dos indivíduos e importantes na transformação histórica. Os atores sociais legitimam e tomam como verdade suas ações, praticadas individualmente ou em comunidade. E as expressões culturais dos cabanos, seus costumes e sinais, tem um significado simbólico e representativo à seus membros, que certa forma viam-se unidos no seu Partido Cabanal. Inauguraram a partir de então um “clima de tumulto” que redefine os papéis sociais, e até as autoridades provinciais atuavam para garantir a ordem social, que supostamente controlam hegemonicamente. O próprio grupo cria suas próprias noções de legitimidade e justiça, sobre aquilo que consideram significativos e racionais.

Como vimos, a época do movimento cabano, o que foi chamado de “Partido Cabanal” deve ser entendido como reunião de rebeldes ou uma referência ou relação com um movimento de massas. Devemos também, procurar examinar as posições e expectativas dos sujeitos populares, camponeses e escravos, que se transformam em ativistas no cenário

político da Cabanagem. Eram homens e mulheres com vínculos de tradição e de trabalho com a terra, que se fizeram cabanos, e se tornaram agentes de uma luta também política.

Se as autoridades tinham suas visões sobre os cabanos, estes elaboraram suas próprias noções sobre seus direitos, além de percepções sobre suas ações e reivindicações políticas, em parte sintetizadas na expressão “Partido Cabanal”. Quando Bromley (1988) estudou os flibusteiros, constatou que viajar era uma opção momentânea que forjava solidariedades entre os mesmos viajantes, não necessariamente com um conteúdo revolucionário, mas a revelação de uma auto-organização e de acordo entre eles. Ressaltou ainda que os marinheiros não eram donos de si, mas por algum motivo adquiriram um sentimento de liberdade, ou afirmavam certa independência quando “pressionavam” as autoridades “aceitarem” suas indisciplinas. Assim, Bromley diz que não “buscavam necessariamente escapar da servidão, mas solidarizavam idéias de liberdade, fraternidade, compartilhavam sonhos...”. Segundo o autor “há forte indicação de um corpo de costumes entre os flibusteiros”, que não pode ser esquecido (BROMLEY, 1988: 257).

No “tempo das malvadezas” e dos “anarquianos”, o “Partido Cabanal não foi uma organização institucionalizada, legal, e sim uma espécie de organização não formal, onde se revelaram laços de solidariedade, tensões e conflitos. Ou seja, o “Partido Cabanal” ou “Cabanismo” parecem ter sido mais um elemento integrador e de identidade, na forma de uma metáfora, de abstração. Porém, as autoridades legalistas, assinalaram o “tal partido”, apenas como uma visão de agrupamento de criminosos, entregues ao roubo, saques, invasões e assassinatos.

Já podemos perceber como nos bastidores da Cabanagem, aparecem seus partidários com diferentes inserções na luta. As autoridades falavam das “malvadezas” espalhadas pelas vilas de Cameté, Ilha do Marajó, Acará e outras. Várias foram as listas de presos cabanos elaboradas pelas autoridades. A Curveta “Regeneração”, em 29 de novembro de 1835, aprisionava Anastácio José, João Pedro de Oliveira e outros (todos tapuios), os cafuzos, José Bento e Hilário, além dos escravos Germano Antônio, Faustino e a preta Eduarda¹².

Além das prisões, foram comuns os ataques às fazendas e o apoio que recebiam os cabanos dos escravos nas mesmas, ora unindo-se ao “Partido Cabanal”, ora facilitando os roubos de gado, ajudando no roubo de pólvora, ocupando terrenos, dentre outros. É possível considerar que foram enfrentamentos que só fazem sentido no contexto vivido. A situação de

¹² APEP, Códice 986 (1835), Ofício de 11 de outubro de 1835.

apossamento de terras se expandiu muito durante os anos de revolta, e isso é exemplo de causa entre os membros do “Partido” Sejam pequenos sitianteiros ou donos de pequenos ranchos, sejam agregados ou pagadores de renda a lavradores abastados, ou sejam escravos, a terra e o que provém dela, é componente singular da cultura da revolta, que carece de investigações de maior fôlego por parte dos apaixonados pela Cabanagem.

Referências Bibliográficas

BROMLEY, J.S. “Bandidos no Mar, 1660-1720: Liberdade, Igualdade e Fraternidade entre os Flibusteiros do Caribe”. IN: KRANTZ, Frederick. **A Outra história. ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p.257

DESAN, Suzane. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. IN: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. (trad.). Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRAGOSO, João Luís. “A economia brasileira no século XIX: mais que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Y. (Org). 1996. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus. Pp. 145-196.

MARCONDES, Renato Leite. “A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba”. In: **LOCUS: Revista de História**. Juiz de Fora, vol. 4, nº 2. 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. “O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira Amazônica no século XIX”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. V. 11. 1979.